



Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, Secretária da pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (49). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 72/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 35/74, de autoria do Deputado João Calil Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Balsa Nova e Contenda. Com parecer da C.C.J., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 11, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 70/75.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1975 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, Secretária da pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues de Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (49). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É Procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 20 Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário, para leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o nº 402, do Sr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES. Secretário de Estado dos Transportes, com referência ao requerimento do Sr. Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, aprovado em sessão plenária de 06 do mês próximo, comunica que estará à disposição dos Srs. Deputados, na próxima quarta-feira, dia 11 do corrente, às 15 horas. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 856/75, do Sr. NELSON RAMOS, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, que encaminha cópia da Indicação nº 370/75, de autoria do Sr. Deputado SÉRGIO CRUZ, aprovado por aquele Poder, que encaminha expediente ao Exmo. Sr. Ministro do Interior, manifestando apoio desta Casa à tese aprovada pelo Congresso de "Associação Paulista de Município", que dispõe sobre a autonomia dos Municípios,

a fim de auferirem recursos provenientes do PLANASA – PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO – Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 397/75, do Sr. SILVESTRE MARQUES, Presidente da Câmara Municipal de JACAREZINHO, em atenção ao requerimento formulado pelo Vereador JOSÉ CHER, no qual solicita aos nobres Deputados desta Casa, que analisem com profundidade o anteprojeto de lei, do Sr. Deputado JOSÉ MUGGIATI FILHO, visando revogar dispositivo da lei Orgânica dos Municípios. – Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 54/75, do Sr. LUIZ GERALDO VASCONCELOS ARAÚJO, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Palmas, no qual encaminha fotocópia do documento enviado ao Sr. Governador do Estado, por autoridades que integram o Conselho Comunitário daquela cidade. – Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA – Do Sr. ARNALDO BUSATO, Secretário de Estado de Saúde e Bem Estar Social, nos seguintes termos: DEVENDO DIA 13 SER LANÇADA NESTA FLORESCENTE CAPITAL PARANAENSE VG IMPORTANTE CAMPANHA VACINAÇÃO MASSA CONTRA MENINGITE VG ENCAREÇO VOSSÊNCIA MÁXIMO EMPENHO EMPRESTAR VALIOSO APOIO AJUDANDO GOVERNO FEDERAL ATRAVES MINISTERIO SAUDE ET GOVERNO ESTADUAL ATRAVES SECRETARIA BEM ESTAR SOCIAL VG DIVULGAR ESCLARECER ET CONCLAMAR POVO MUNICIPIO CURITIBA VG SOBRE ALTA IMPORTANTE VACINAÇÃO TIPO A C VG APRESENTANDO APLICAÇÃO SIMULTANEA MELHOR EFEITO IMUNIZANTE VG RAZÃO CONVENIENTE REVACINAÇÃO TODA POPULAÇÃO VG OBJETIVANDO CONTROLAR SURTO EPIDÊMICO MENINGITE MENINGOCÓCICA VG PROTEGENDO SAUDE NOSSA GENTE PT EFETIVA PARTICIPAÇÃO VOSSÊNCIA – Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa após ouvido o plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Hermindo Bazzo, ocorrido na cidade de União da Vitória.

Pessoa radicada a longos anos em União da Vitória, industrial de grande prestígio, pertencente a tradicional família, deixa o Sr. Bazzo uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens, que pelo seu trabalho e dedicação contribuíram para o progresso daquele município.

Requer, outrossim, seja dado ciência do teor deste requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, após ouvido o plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Vereador JOÃO WALTER GIRARDI,

do município de Planalto na semana próxima passada, falecido.

Solicita-se também, que na decisão à família enlutada, à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O extinto era um dos autênticos líderes da comunidade de Planalto, desenvolvendo ali um trabalho profícuo, inteiramente dedicado à causa pública, o que lhe grangeou a estima, respeito e prestígio que sempre desfrutou entre aquele povo. Sua morte a todos constrangeu. Justo que esta Casa também manifeste o seu pesar pela irreparável perda.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o plenário, um voto de louvor ao jornal “Gazeta do Povo”, pela brilhante decisão em circular ininterruptamente, a exemplo dos grandes jornais nacionais e internacionais.

Tal medida se justifica em virtude de ser a “Gazeta do Povo”, uma das maiores expressões de jornalismo do nosso Estado e em razão de sua coerência de linha informativa constituir os mais eficazes meios de comunicação e um dos baluartes na luta pela melhoria das condições sócio-econômico-políticas do povo paranaense.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Senhor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor do referido órgão de divulgação.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações ao jornal “Gazeta do Povo”, pela feliz iniciativa de fazer circular aquele tradicional veículo às segundas-feiras.

Requer outrossim que da deliberação da Assembléia seja dada ciência ao Diretor daquele matutino.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa a que se refere o presente requerimento representa mais um gesto pioneiro nos nossos meios de comunicação. A “Gazeta do Povo”, órgão de tradição em nossa cidade, já é detentor de títulos que o colocam entre os grandes veículos de nossa Pátria. A visão de seu diretor, Dr. Francisco da Cunha Pereira, já o colocou na vanguarda graças a colaboradores de envergadura nacional no campo de formar, além de informar, com segurança e seriedade, os leitores.

A opinião pública estava privada de receber o pão da informação nas segunda-feiras. É preenchida a lacuna, com a atitude pioneira daquele órgão que a partir da próxima segunda-feira passará a circular, que a população postulava.

Esta Assembléia, representando as aspirações e retratando a vontade popular, vem congratular-se com a iniciativa, certamente será de grande repercussão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer a Vossa Excelência, após ouvido o douto plenário, se digne mandar consignar em ata votos de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", com sede nesta Capital, cuja direção, depois de cuidadoso estudo, corajosamente vem a público, em sua edição de hoje, dizer da sua disposição em fazer circular, também às segundas-feiras, esse prestigioso órgão de divulgação, em mais um esforço pioneiro de toda a sua equipe, o que se constitui em motivo de júbilo para o povo paranaense, que mais uma vez está sendo prestigiado pelos meios ligados à arte de bem informar.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de expediente ao Ministério dos Transportes, solicitando o envio, ao requerente, da cópia da legislação que regulamenta o processo de concessão de direitos às empresas particulares, para exploração dos serviços de transportes coletivos intermunicipal.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando atribuições regimentais, requer, ouvido o plenário, o envio de ofícios à direção do BANCO do Estado do Paraná S/A., e à direção da companhia de Telecomunicações do Paraná, solicitando às mesmas, urgência na extensão de seus benefícios à cidade de Porto Rico, sede do município.

JUSTIFICAMOS afirmando que de há muito vimos testemunhando o alheamento da administração estadual em relação ao município de Porto Rico que, praticamente relegado à sua própria sorte, carece urgentemente, de melhor amparo por parte do Governo do Estado.

Porto Rico não é tão somente uma "mina virgem de turismo", já que esquecido sempre foi pela Empresa Paranaense de Turismo. É um município que, mercê do trabalho de sua gente, é rica mina de carreamento de divisas para os cofres estaduais. No entanto, a compensação é mínima, insignificante e, do dinheiro lá arrecadado, em quase nada lá é aplicado.

De há muito pleiteia a população de Porto Rico, a instalação de uma agência bancária e de sistema de telefonia, sem que no entanto e até o momento essas justas reivindicações tenham sido atendidas. Fomos informados que o BANESTADO irá implantar lá uma agência e que também a TELEPAR lá estenderá sua rede de telecomunicações. Que haja urgência na execução desses objetivos. Que as altas esferas do BANESTADO e da TELEPAR comunguem também a filosofia sempre apregoada pelo Governo do Estado e n. seu pronunciamentos, quando afirma categoricamente — Não fazemos promessas, assumimos compromisso.

Porto Rico está perfeitamente integrado aos postulados do

Governo em relação ao aumento de produtividade. Que haja resposta a esse entusiasmo. Que o Governo atente às necessidades de Porto Rico que muito tem ofertado sem nada pedir.

Sala das Sessões, em 8 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Instituto Brasileiro do Café — IBC solicitando seja antecipado para 1º de julho de 1975 a vigência do preço mínimo de garantia fixado em Cr\$ 500,00 a saca de café, (estabelecido para vigorar a partir de 1º de outubro/75) a fim de que possa, realmente, beneficiar os cafeicultores brasileiros.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado apelo ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, solicitando o enquadramento ao pessoal fixo do Estado os Servidores de categorias PS- 1-3 e PS 2-3 contratados como "pesador" e que prestam serviços ao Estado a mais de 5 anos, visto se tratar de um número ínfimo, e de servidores que prestam serviços diretamente nos limites estaduais "Barreiras".

Atualmente, o Estado mantém o seguinte número de contratados para esse mister — 38 funcionários PS 1-3 com vencimentos de Cr\$ 285,00 e, 143 funcionários PS-2-3 com vencimentos de Cr\$ 432,00.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Paraná em diversas de suas regiões e municípios na conformidade das denúncias, tantas vezes enunciadas, inclusive e principalmente nesta Casa — tem sofrido a ausência de tranquilidade, gerada pela violência e pelo arbítrio, exatamente por parte daqueles que, tendem o dever de assegurar e preservar a segurança pública, transformam-se, no desempenho das funções a que são convocados, em agentes da insegurança e da intranquilidade.

O que parece estar ocorrendo é que, em vários pontos do interior do Estado, tais elementos, despreparados e desqualificados para a grande e nobre missão para a qual são investidos, distantes do poder fiscalizador das autoridades maiores, dão vazão a atitudes reprováveis, fruto do alheamento aos conhecimentos elementares do Direito, da inconsciência dos postulados da Justiça da negação dos princípios sociais que levam à paz.

Tal situação é produzida, ao que parece, por duas razões básicas:

1. O Quadro de Pessoal — qualificado e preparado — da Secretaria de Segurança Pública, em nível de responder a contento por delegacias interioranas, ou é diminuto ou não é convocado;
2. Do que tem decorrido os atos de lançar mão de pessoal

efetivamente não habilitado para responder pela importância dessas funções, ou então de fazer inserir na estrutura policial pessoas alheias ao próprio quadro da Secretaria.

E, esse processo, sutil porém com muita efetividade, passa a ser manipulado por outros interesses, quase sempre não coincidentes com os interesses maiores das coletividades. E a tais interesses passou-se, enfimisticamente, a denominar-se de "Comando Político" e seus tentáculos abarcam também outros setores da administração pública.

Nefastamente se tem exercido isso. O coronelismo político, o compadrio eleitoral, o apetite insaciável e algumas vezes desesperado de homens não afeitos às graves responsabilidades da causa pública, tem levado, tantas vezes, a gerir postos de relevância, que, via de regra, aliam a incapacidade para a função ao servilismo, aos poderosos responsáveis por suas indicações. E, no exercício dos cargos — "mais realistas que o próprio rei" — se desmandam, manipulando a força que lhes é concedida, em favor do senhor a quem devem obediência e da grei a que pertencem, na esperança enganosa de mantendo-lhes no poder com os recursos eleitorais que acreditam que a força, a violência e o arbítrio arrecadam, manterem-se também nas suas posições.

Sofre, com isso, a comunidade onde atuam. Diminui, com isso, a própria imagem da segurança. Instala-se, com isso, a intranquilidade. E os próprios foros de civilização e cultura do Estado são agredidos.

O preâmbulo feito é para configurar a realidade existente e anunciar que mais uma dessas investidas está em vias de se materializar.

A Delegacia Regional de Polícia, com sede no município de Jaguariaíva, encontra-se sem titular.

Recentemente afastou-se daquelas funções o policial militar que por elas respondia. Possivelmente no interesse da sua corporação ou chamado ao cumprimento de nova missão. Sua presença ali, mesmo por pouco tempo, fez prenunciar a possibilidade de se atingir a tranquilidade.

Acontece que, com a brecha aberta, com o cargo vago, com a perspectiva da possibilidade, o chamado "Comando Político" articulou-se para mais uma conquista.

Ocorre que Jaguariaíva e a região de sua competência policial, tem sofrido, de todas as formas, pela ausência de um serviço mais capaz em termos de paz pública e menos vinculado à apetites danosos.

Entendendo que o dever está também em alertar e denunciar preventivamente para, encontrando-se o bom senso, evitar-se a perpetração de atitudes não desejáveis.

Entendendo que, publicando-se, por antecedência e ainda a tempo de se evitar a materialização do erro, o alerta e a denúncia, quem, em verdade, será beneficiado é o pobre, trabalhador, honesto e pacífico povo de Jaguariaíva e da região, que clamam por um ato correto do Governo do Estado, capaz de lhe assegurar, com garantia, a paz e a tranquilidade.

Entendendo que a reivindicação que se vai proclamar tem todas as condições de ser recebida para não mais se configurar privilégios em termos de distribuição de segurança pública, mesmo porque as autoridades responsáveis pela indicação, se vinculam aos atos dos prepostos, por eles também respondendo.

Entendendo que um delegado de carreira, por formação e por responsabilidade, dispõe de amplas condições sobre os recrutados de última hora.

REQUER, o Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, seja encaminhado expediente, ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, por inteiro teor deste requerimento, com cópia ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Ilmo. Sr. Diretor da Divisão do Interior da citada Secretaria, RECOMENDANDO — diante do exposto e das informações sobre a região que o dever do cargo lhes impõe conhecer — seja de-

signado para dirigir a Delegacia Regional de Polícia, em Jaguariaíva, um delegado de carreira.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes. (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos, nesta tribuna, para deixar nesta Casa, o nosso protesto veemente, por certas atitudes incompreensíveis do nosso Departamento de Censura. Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é de causar surpresa e de deixar, nós todos, sem entender o critério, a forma com que o Departamento de Censura Federal disciplina suas atitudes. Todos nós sabemos o perigo que representa para a estrutura da família brasileira, todos nós sabemos quão trágico se apresenta para a postura das futuras gerações desta Pátria, o crescimento de uso da droga, do tóxico, tão decantado, tão combatido, tão discutido por todos nós parlamentares que buscamos encontrar soluções para aprimorar a vida social de nossa gente.

E ao observar a conduta, de certa maneira, déspota, compressor e totalitária do nosso Departamento de Censura, ficamos sem entender completamente a maioria das atitudes e dos critérios que são obedecidos para impedir a divulgação de certos textos de imprensa, de certas peças teatrais, de certas reportagens.

No entanto, ao ligarmos um aparelho de televisão, da televisão que se constitui um meio de comunicação extremamente perigoso e amplo, vemos lá uma mensagem publicitária que nos deixa completamente estarelecidos e até vontade de fazer piada ao tentar descobrir os critérios utilizados pela censura de nosso Governo para proteger a formação de mentalidade das futuras gerações de nossa pátria.

Ligamos o aparelho de televisão e vemos a mensagem de uma certa indústria que fabrica uma determinada qualidade de chimarrão. Aparece no vídeo uma velhinha e um jovem com aspectos sintomáticos cada um perguntando onde é que está a erva? A erva? A erva? Isto tudo para despertar em quem ouve aquela curiosidade pela cultura vil desta planta que é culpada de tantos e tantos desregramentos na sociedade brasileira. Daí a instantes a surpresa cresce, aumenta quando vemos uma viatura da Polícia Militar e um cidadão com os trajes da Corporação apresentando a dita marca de chimarrão, numa indução às consciências, num despertar de curiosidade nas crianças, nos jovens, em todos nós para, quem sabe até, provar o sabor da erva.

Não a do chimarrão, mas a erva tóxica, tal a coação psicológica da referida propaganda.

Por esta razão é que criticamos violentamente o Departamento de Censura quando procura proibir certas manifestações culturais até que, a nosso ver, não representam perigo à nossa sociedade. Temos que aplaudir quando companheiros procuram tirar das mãos, da tutela do Ministério da Justiça e da Polícia Federal esta competência para entregá-la ao Ministério da Educação e Cultura que possui estrutura suficiente, pelo menos, para realizar uma censura com mais gabarito, com mais seriedade sem o despotismo e a intransigência do Ministério da Justiça e da nossa Polícia Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto e a nossa estranheza. Quando se procura, neste País, realçar, conceituar as forças armadas e a corporação militar desta Pátria. Observamos até esta mesma polícia militar servindo de instrumento para que a televisão, para que os nossos órgãos de imprensa procuram despertar a nossa geração, propalando a divulgação do tóxico.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "A oposição no Brasil tem talvez a mais amarga das tarefas, a mais difícil das missões, pois obrigada a uma pregação diária contra as administrações públicas deste País, tem sentido que o seu trabalho é estéril e que a sua semente, que lança à terra não encontra condições favoráveis para germinar.

Aqui no Paraná, ainda recentemente quando em campanha eleitoral apontamos falhas da administração, mostramos erros que estão diante de nossos olhos, mas não encontramos eco para as nossas palavras que pronunciadas no momento da campanha parecem versos perdidos ao vento e esquecidos no tempo, espalhados no espaço. Seria insensato, Srs. Deputados, portanto, após assumirmos a grande responsabilidade de representar o povo nesta Casa, o prosseguimento desta pregação no deserto, pois o mandato legislativo nos dá, na pior das hipóteses, o direito de cobrar, da administração pública do Estado, as obras que consideramos essenciais para a segurança do nosso povo.

Não vamos entrar no longo caminho e tortuoso da galhofa, representado pela segurança policial em Curitiba, em todo o nosso território do Estado, pois esta segurança talvez é um dos pontos mais vulneráveis da administração estadual, onde a irresponsabilidade está de mãos dadas com a incompetência. Os paranaenses estão sem segurança em seus próprios lares, nas ruas, nas praças e nos estabelecimentos comerciais; o espetáculo trágico do trânsito, da área urbana aqui de Curitiba, é talvez o mais crucial, espetáculo que nós Deputados assistimos desesperançados certos de que o Paraná pela omissão de suas autoridades policiais é um deserto de segurança e um oásis para os marginais que, apesar do aparato policial, apesar das batidas policiais, aí estão diariamente nas páginas dos jornais mostrando a Curitiba e ao Paraná que não temem a polícia que fazem dela verdadeiros bonecos impotentes da criminalidade existente.

Mas se os crimes ocorrem aqui é no interior quase todos os dias, o que dizer da segurança das grandes rodovias deste Paraná, o que falar desta calamidade pública que é a rodovia que liga Curitiba à minha cidade de Ponta Grossa e ao Norte do Paraná, ao Sudoeste, enfim, a todo o Paraná? Não é um crime igualmente punível pelos códigos penais, as condições de segurança que estão nas nossas rodovias, principalmente a que liga Curitiba à minha região dos Campos Gerais? É justo que a população de Ponta Grossa que se esmera, que luta pelo progresso da sua industrialização assista todos os dias a marcha dos seus filhos mais ilustres, para a morte por causa de uma rodovia sem o mínimo de segurança? É justo Ponta Grossa ser testemunha viva de espetáculos rodoviários onde a morte está presente em cada curva, a cada momento, em cada quilômetro como se estivéssemos na linha de frente das trincheiras do Vietnã, Vietcong, Camboja e Laos? É justo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que se está fazendo com as populações do interior que os seus representantes, principalmente, com as populações de nossa região, sem uma chance de vida nesta rodovia da morte. Este parlamentar não veio a esta tribuna para apresentar requerimentos estéreis que amanhã o Sr. Secretário de Transportes, aqui, pessoalmente, estará para ser responsabilizado por este Deputado, por esta representação que está falando. Pois, sabe da indiferença política, de sua insensibilidade diante de vidas humanas...

— (É interrompido pela Presidência).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que V. Exa. tem apenas um minuto para encerrar sua oração.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Mas quer este Deputado distinguir a todos os aqui presentes de que as suas vítimas sejam arenistas ou emedebistas, a estrada da morte não escolhe este ou aquele partido, a estrada escolhe como ainda ontem mesmo a palavra do Líder da Arena, Sr. Deputado Ivo Thomazoni, chora-

va ao nosso lado a morte de um político vítima da estrada, político reconhecido por todos nós do Sul brasileiro, um grande brasileiro, que residia no Sudoeste do nosso Estado. Queremos lembrar, Sr. Presidente, desta tribuna, que o Governo existe para encontrar soluções que garantam a segurança, a vida e a tranquilidade do povo nas rodovias asfaltadas de nosso interior. Nas condições de tráfego atuais se constitui perigo constante para a população de Curitiba, do Paraná e todo o Brasil. Apresentaremos neste nosso pronunciamento, já que o tempo é curto, é escasso, o que o Governo poderia estabelecer a curto prazo, ou seja, esquadras de apoio à Polícia Rodoviária Estadual, com horários para fazer a utilização desta rodovia, que já é obsoleta, seria problemático, claro, para os que têm pressa, mas pelo menos faria valer regras de segurança e pouparia vidas humanas.

Assim, continuariam famílias do Paraná sendo enlutadas, que fosse estudada, imediatamente, para que esta doença grave tivesse um saneamento, a construção entre Ponta Grossa e Curitiba de uma "free-way", para trazer tranquilidade para nós que desfrutamos desta estrada, para nossos amigos, eleitores, para vocês e suas famílias, famílias paranaenses. Esperamos que nossa voz seja referendada amanhã na presença do Sr. Secretário, com a presença de toda esta Casa. Vamos transferir a este Secretário esta responsabilidade das gerações futuras, no que diz respeito à segurança no corredor da morte, que é esta rodovia que liga Curitiba a Ponta Grossa. — (Sem revisão do orador).

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, quarto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma notícia publicada na imprensa sobre a transformação da URBS, uma empresa pública com vistas a lucros financeiros, parece-me a evidência de um fato estranhável. Mas, acima de tudo, a instalação de um fato de direito ao que existe de fato. A velha premissa que no Brasil tudo rende fácil e que a terra é propícia aos bons negócios, veio muito bem para o Governo. Lamentavelmente, a administração pública, está se transformando em banca de mercadores, onde os serviços públicos indispensáveis ao bem-estar da coletividade estão sendo vendidos e rendendo lucro. Desprotegido, porque tais instituições agem à sombra da revolução e o povo se vê esvaír-se sua parca economia sem ter a quem apelar.

O que é grave, a URBS está vendendo as ruas de Curitiba, como se isso fosse possível e legal, e mais que isso, lícito, exemplo típico desse procedimento é a cobrança do asfalto que vem implantando nas ruas, o qual vem sendo sistematicamente pago pelos proprietários de imóveis, representando consideráveis ônus para quantos pretendiam a felicidade de viver em Curitiba. Essa atitude, até mesmo arbitrária, gera consequências danosas e permite muitas ilações. Assim vale dizer que a cobrança do asfalto está inflacionando sobremaneira o valor dos imóveis e taxas tão altas quanto desesperadoras. Consubstancia outrossim, uma medida anti-social e provocadora como se deduz do fato de que viúvas de ferroviários, residentes no Prado Velho, cuja pensão mensal não vai além do salário-mínimo, estão sendo obrigadas a vender o imóvel, desfazendo o patrimônio da família, porque não podem pagar as prestações do asfalto implantado na via pública. E como há encarecimento gradativo, ocorre que os pretendentes compradores, muitas vezes, esquivam-se, impondo um grande dilema aos proprietários, ou vende ou arca com as despesas impostas pela URBS. Lotes de terreno cujo valor não ascendia a 20 mil cruzeiros, estão hoje onerados, ao preço de 130 mil cruzeiros. É fácil perceber-se o drama. Desfazendo-se do imóvel pelo preço mínimo, ditas e venerandas senhoras, passam a ingressar na fila dos brasileiros que ainda não têm casa para morar, pagando aluguel, cujas taxas sem controle, infernizam o orçamento doméstico. Sem dúvida, isto é uma grande injustiça social, protagonizada justamente por um órgão público. Esqueceram-se os Srs.

da URBS que o saneamento da via pública é atribuição do Estado, que a vida pública não é propriedade de particulares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Deixo aqui o meu protesto contra este tipo de alienação do Direito, na esperança de que feita a denúncia, neste Plenário, sejam tomadas providências para coibir esse abuso que afronta o ideal da revolução e a dignidade de que devem estar revestidos os homens públicos do Paraná.

Sr. Presidente, pelo pouco tempo que vivemos na Capital, podemos constatar "in loco" que principalmente nas vilas menos aquinhoadas, as vilas mais pobres de nossa Capital, verificaram que proprietários estão querendo vender as suas casas, as suas propriedades, que muitas vezes vêm como heranças, e são obrigados a fazê-lo porque não encontram meios para fazer o pagamento do asfalto.

E é contra isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós, como representantes do povo, somos obrigados a assumir a tribuna para denunciar estes fatos, defendendo assim os menos aquinhoados, os trabalhadores de nossa terra. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Leopoldo Jacomel.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lendo): "Uma das funções primordiais do Estado é educar.

Na educação repousa, como alicerce, a segurança de um Estado, pois inegavelmente povo que não tem instrução, é povo que não progride. O Estado do Paraná tem, como uma de suas preocupações principais, poder ministrar o ensino, levando-o aos mais longínquos rincões. Não só através dos governos municipais, como também, e principalmente, por intermédio do Governo Estadual.

O Governador Jayme Canet Júnior, assim que assumiu o Governo do Paraná, sentiu que um Estado que cresce constantemente, como é o que dirige no âmbito do Executivo, tem que acompanhar o desenvolvimento demográfico, levando não só estradas, atendendo a agricultores, estando junto não só das justas reivindicações políticas, mas também procurando estar aparelhado para o atendimento daqueles que precisam apreender-seja na simples aula isolada do interior, como nos grandes ginásios da Capital e das maiores cidades do Estado.

O exemplo está, agora, na recente criação da Coordenação de Educação Moral e Cívica:

"COMOCI" — Pelo decreto número 493, publicado no Diário Oficial de 27 de maio p.p., ficou instituída a "COMOCI". Por este importante documento verifica-se que a Coordenação de Educação Moral e Cívica tem por finalidade defender os ideais democráticos, através da liberdade de culto e da preservação da dignidade da pessoa humana.

Resguardar o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; preservar a unidade e o sentimento de solidariedade humana; reverenciar a Pátria, os símbolos, suas tradições, suas instituições e os grandes cultos de sua história; promover o aprimoramento do caráter, com o apoio da moral e na dedicação à família; preparar o cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no amor à Pátria e na ação construtiva; estimular a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização social, política e econômica do País; dar ênfase à obediência, à lei, à fidelidade, ao trabalho e à integração do homem na comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Praticamente o artigo segundo do decreto número 493, por si só é uma lição de civismo, de respeito à Pátria e de conscientização do momento que atravessamos, quando é certo que não só elementos desagregadores, preocupados em lançar a dúvida no espírito dos jovens, como também aproveitadores de águas turvas, entendem de desmerecer o esforço da autoridade constituída. Na defesa dos ideais democráticos, com liberdade de culto e preser-

vação da dignidade humana, cumpre ao Governador Jayme Canet Júnior, por intermédio da Secretaria da Educação, uma das grandes metas de quem governa.

No sentido de unidade nacional do sentimento da solidariedade humana, o Poder Executivo Estadual mostrou o que há de melhor no desenvolvimento desse preceito.

Reverenciando a Pátria, seus símbolos, suas tradições, suas instituições e os grandes vultos de sua História, nada mais fez o Governo de meu Estado, senão procurar fazer sentir à mocidade de que um País sem tradições, sem símbolos e sem respeito aos que constituíram, antes deles, sua história, na verdade não pode existir.

É o Brasil, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um depositário de altas tradições, trazendo em seu símbolo o significado da nossa terra e tendo em seus vultos eméritos uma resposta para os incrédulos.

Eis porque, sem mais nos alongarmos, quero neste momento, ao proferir estas palavras, deixar aqui minhas congratulações ao Governador Jayme Canet Júnior, pela feliz iniciativa da criação da Coordenação de Educação Moral e Cívica, para ser difundida através da Secretaria de Educação e Cultura do Estado".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, sexto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece-me que a influência maléfica de um início administrativo está caracterizado no Governo do Sr. Jayme Canet Júnior, principalmente em se tratando da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

No dia 13 de maio, desta tribuna, denunciemos o delegado de polícia de Inácio Martins. Como essa denúncia era eivada e procedida de abaixo-assinado de vítimas daquele delegado de polícia, pedimos, através de requerimento, ao Sr. Secretário de Segurança Pública, uma comissão de sindicâncias para verificar a brutalidade daquele delegado.

Hoje, quase um mês depois, nenhuma providência foi tomada pelo Sr. Secretário de Segurança Pública.

Ontem, o delegado de polícia de Inácio Martins, violentou um cidadão ferroviário daquela localidade. E, hoje, pela manhã, surrou a esposa de um dos seus denunciantes. E recebemos, de uma cidade próxima, a denúncia do marido da mulher espancada, que se encontrava no Foro de Irati, para pedir medidas de segurança, para que possa ele permanecer como cidadão, como chefe de família, na localidade de Inácio Martins. E o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná permanece de braços cruzados. E o Sr. Governador do Estado do Paraná que recebe, todos os dias, desta tribuna, queixas de delegados de polícia que exercem suas funções para corromper a mais forte instituição de segurança social.

E o Sr. Governador do Estado permanece com os ouvidos trancados ao clamor dos paranaenses que são submissos aos carrascos delegados de polícia; a esses homens que exercem pela maldade, a Delegacia de Polícia no Paraná.

Só existe um remédio, Srs. Deputados, um remédio que dá cinco gotas, para combater as inúmeras doenças do péssimo sistema de governo que se estabeleceu neste País, o governo nomeado. É o remédio da Comissão Parlamentar de Inquérito. E eu vou pedir a constituição de uma comissão, após ouvir a minha liderança, para que se ouça o Sr. Secretário de Segurança Pública. E vou lhe perguntar porque S. Exa. não dá atenção às queixas e reclamações que são encaminhadas a esta Assembléia, através dos Srs. Deputados, contra delegados corruptos, contra delegados assassinos, contra delegados violentos.

Esse mesmo delegado de polícia de Inácio Martins, quatro dias depois, isto é, em 17 de maio, aparecia no meu gabinete de trabalho, escudado pelo prefeito de Inácio Martins, para dizer que as denúncias feitas contra ele eram improcedentes; e que o abaixo-assinado que chegara às minhas mãos, era de pessoas que

procuravam incompatibilizar as autoridades com o povo daquela localidade, era de pessoas que não tinham dignidade.

E no dia 21 do mesmo mês de maio, recebemos a cópia de uma denúncia assinada por 19 pessoas, inclusive pela vereadora mais votada daquele município, encaminhada ao promotor público da comarca de Irati, pedindo a imediata retirada do delegado de polícia daquela localidade, pela sua conduta e acima de tudo, pelo uso e abuso da autoridade, fazendo espancamento e prisões impropriedades.

O nosso requerimento, naturalmente, foi recebido pelo Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e foi conseqüentemente engavetado pelo Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o povo de Inácio Martins está submetido ao banditismo de um delegado de polícia, que espanca não só homens, mas também mulheres, espancando na manhã de hoje a esposa de um de seus denunciante.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa avisa que o seu tempo está esgotado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Vou concluir, Sr. Presidente. É vergonhosa a situação do Paraná e é preciso que o Sr. Governador deste Estado volte suas vistas para esses acontecimentos, porque todos os dias, desta tribuna, companheiros nossos denunciam a corrupção da polícia e o Sr. Secretário de Segurança pública permanece na mais triste passividade, permanece no mais desconhecido sentimento de desatenção do perigo que estão oferecendo esses homens incapazes de exercerem a alta posição de mantenedores da ordem pública, da ordem social nos municípios do Paraná.

Fica aqui, Sr. Presidente, o meu protesto e o pedido de que a Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se comunique ainda hoje, através de telefone ou do meio de comunicação mais eficiente, com o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, dando conhecimento de que o delegado de Polícia de Inácio Martins, espancou dois cidadãos, ou seja, um homem e uma mulher. A mulher foi espancada no dia de hoje e, se providências não forem tomadas, meu Partido haverá de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para perguntar a S. Exa. o Sr. Secretário de Segurança Pública, o porque dessa passividade diante de tantas queixas e reclamações.

— (Sem revisão do Orador).

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito chamada nominal para constatação de quorum, pois, ao que me consta, não número para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido e solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

Responderam a chamada nominal 20 Srs. Deputados.

Há quorum para prosseguimento da sessão, embora não haja para deliberação.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, sétimo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero registrar neste Pequeno Expediente pela minha passagem na tribuna hoje uma homenagem à "Gazeta do Povo" que com seu costumeiro pioneirismo, pertencente ao grupo do Canal 12, que também foi pioneira em televisão no Paraná, acaba de anunciar que circulará às segundas-feiras, o que vem a ser o primeiro jornal a fazer isto no Estado do Paraná.

Neste sentido encaminhamos à Mesa um voto de congratulações por este feito e por trazer um trabalho jornalístico também às segundas-feiras.

Por outro lado, vivendo, realmente, uma época de crise jurídica e institucional e percebendo que o avalanche de leis que vão e que voltam sem maiores explicações, o Exmo. Sr. Governador

do Estado, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, editou um decreto recentemente permitindo e fixando normas e valores para a gratificação de representação prevista no art. 152, inciso 4 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Como não poderia deixar de ser e como o próprio Governador deixou bem claro no art. 8º o mencionado Decreto entrou em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive citando para esse efeito vários outros decretos emanados de seus antecessores governadores do Estado do Paraná.

Publicado esse decreto, evidentemente houve movimentação por parte dos outros dois Poderes e, se não me falha a memória, até por parte do Tribunal de Contas, querendo estatuir bases semelhantes aos mesmos cargos aplicados àqueles Poderes e ao Tribunal de Contas.

Essa movimentação da mesma maneira que ocorreu no Executivo consumiu preciosas horas de trabalho bem remunerado de assessores capacitados para desempenhar tais atribuições evidentemente.

Entretanto, o Governador achou, por bem, revogar num gesto de inteira liberalidade, invocando os mesmos constitucionais, e editou um outro decreto fazendo com que, num gesto abrupto próprio de insegurança, passadas duas semanas da vigência do decreto 545, numa heresia jurídica causando pasma ao direito administrativo, através de um diminuto decreto sob o nº 619, publicado no Diário Oficial nº 66, de ontem, tornou insubsistente o efeito do Decreto que assinara no mês de maio.

Aliás, a história de nosso Estado já se tornou alvo de pilhéria, fora das nossas fronteiras pela maneira com que foi aprovada a Emenda Constitucional nº 3 e pela aprovação de quase meia dúzia de controvertidas leis de produtividade.

Ora, um ato dessa natureza envolve uma série de interesses, pertinentes ao seu Poder. o Poder Executivo, e, há outros tantos da mesma natureza, quer seja o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e outros poderes, que o regime democrático ainda não conferiu.

Então, nobres Srs. Deputados, o referido decreto 545 tendo vigorado no dia 28 de maio próximo até ontem, já gerou direitos e obrigações, evidentemente, e terá que ser cumprido, pelo menos nesta parte, já que há um preceito constitucional estabelecido por esta norma jurídica, pois os seus efeitos não podem ser tornadas insubsistentes, por meio de um decreto, pura e simplesmente, a nosso ver. Tanto assim que, o seu signatário não disse em que dispositivos legais fundamentou um novo ato. Conforme está contido no decreto 545, a gratificação de representação é indivisível, aliás no seu artigo 3º, devendo desta forma ser paga para o pessoal ocupante dos cargos mencionados na tabela que o acompanha.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte que V. Exa. tem apenas alguns instantes, para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Já concluirei, Sr. Presidente.

Então deverá ocorrer este pagamento de pessoal dos cargos mencionados, naquela tabela, no seu valor integral, com referência aos meses de maio e junho, pelo menos até onde alcançou a vigência do decreto.

Queremos consignar aqui uma advertência — que o manuseio das leis que um poder dá a um Governador, impõe naturalmente uma meditação a respeito dos atos que venham a ser baixados, para que eles não vão e venham como se fossem carros descarrilhados, uma locomotiva descarrilhada e depois com a declividade dos trilhos ela retorna, por falta de força, de segurança dos trilhos, e, também, para que o Poder Legislativo não possa, de uma hora para outra, ser surpreendido com um engano do Governador que poderá se atribuir o direito de declarar inconstitucional uma lei qualquer.

Aí vai então a nossa estranheza e também a nossa expecta-

tiva para atos como este de Sua Excelência, que só nos causa surpresa e apreensão.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, oitavo orador inscrito.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Instituto Nacional de Previdência Social vem desenvolvendo uma política de expansão para o melhor atendimento aos seus contribuintes.

Segundo palavras de seu Presidente, Reinhold Stephanes, a instituição previdenciária pretende acabar, de uma vez por todas, com as longas filas de espera, instalando para isto, posto de atendimento que viessem a descentralizar o movimento intenso daqueles que necessitam do INPS. Entretanto, Senhores, no Estado do Paraná, existe um município criado em 1947 contando segundo o último censo, com 31.000 habitantes, que até hoje não possui um posto de atendimento do INPS. Falo do Município de Ibaiti localizado no Norte pioneiro do Paraná, centro de uma das mais prósperas regiões deste Estado, desenvolvendo-se ali diversos setores da agricultura e pecuária paranaense. É sabido que a maior parte dos constituintes do INPS, Instituto de Previdência, é composto de pessoas vindas de classes mais baixas principalmente naquela região onde predomina o trabalhador rural, nem sempre bem remunerado como devia ser. A não existência no município de Ibaiti, de um posto de atendimento do INPS obriga os contribuintes a se locomoverem a outras localidades, provocando despesas a quem não pode dispor, espera para quem não pode esperar. É justo pois o apelo que ora fazemos ao presidente do INPS no sentido de que, com a máxima urgência, determine a instalação no município de Ibaiti de um posto de atendimento, e, assim, concorde em verdade consigo mesmo em sua política de expansão e de um melhor atendimento aos contribuintes em não deixando sem a devida assistência médica tantos trabalhadores que arduamente labutam em benefício da própria Nação brasileira. É justa, sem dúvida, esta reivindicação que ora faço, em nome do município de Ibaiti. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Lázaro Dumont, nono orador inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o nosso Estado foi honrado com uma visita ilustre do Governo de Sua Excelência o General Ernesto Geisel, mais especificamente, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, numa viva demonstração do carinho do Governo da Revolução para com nossa Terra. E como bem disse o próprio visitante em seu pronunciamento: "este é o Estado que mais rapidamente atende aos chamamentos de Brasília".

Desta feita, aqui esteve a suprema autoridade constituída em agropecuária, num especial reconhecimento pelo muito que o Paraná tem colaborado com o país, para instalar oficialmente, juntamente com Suas Excelências o Governador Jayme Canet Junior, e o Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, Paulo Carneiro Ribeiro, o Centro Nacional de Pesquisa de Soja.

Sua Excelência, o Ministro Alysson Paulinelli, através de seus discursos, deu mostrar inofismáveis de sua satisfação pelos rumos que o Paraná tomou no que diz respeito ao seu acelerado desenvolvimento.

Queremos lembrar, Senhores Deputados, que o Paraná tendo à frente um Governador de larga experiência e dedicação à lavoura, e também um Secretário da Agricultura do mesmo modo ligado à terra mais uma batalha venceu, graças a ajuda destes dois ilustres homens públicos, com a instalação do Centro Nacional de Soja. E esta conquista só foi alcançada pelo esforço destas duas personalidades, já que vários outros Estados também a reivindicavam. O objetivo do CNPS será o de regular as modalidades de cooperação técnica, material e financeira entre as partes conve-

nientes, com vistas ao desenvolvimento em nosso Estado, mas com jurisdição em todo este imenso País, de um programa integrado de pesquisa agropecuária.

E como eu disse e soube dimensionar mais este sucesso absoluto de nosso Estado, Sua Excelência o Chefe do Executivo Estadual disse: "a criação e o funcionamento em nossa terra do Centro Nacional de Pesquisa do Soja, representa a mais nítida homenagem que o Governo do General Ernesto Geisel nos concede". A homenagem é tão verdadeira quanto à frase do Ministro Alysson Paulinelli, ao Dizer reafirmando as palavras do Governador Jayme Canet Junior, que a instalação do Centro Nacional de Soja representava exatamente uma homenagem para o grande Paraná, um reconhecimento merecido do Governo Federal ao esforço que este Estado desenvolveu para dar ao Brasil a maior safra de soja de sua história.

Para que o Governo, por intermédio de S. Exas. Jayme Canet Junior e Paulo Carneiro, conseguissem arrebatar para o Estado mais esta conquista, que é o centro Nacional de Pesquisa do Soja, foram empregados os mais elevados esforços junto às autoridades do País, bem como junto à Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), órgão ao qual está subordinado a nova instituição.

As demarches se encerraram há cerca de um mês com o oferecimento pelo Estado de parte das instalações do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), localizado na cidade de Londrina, para a implantação de laboratórios do Centro Nacional de Pesquisa do Soja. De imediato, tão logo terminaram as demarches para esta instalação, a EMBRAPA deslocou a IAPAR, os primeiros técnicos de alto nível que vão trabalhar no centro.

Entre os inúmeros objetivos do Centro Nacional de Pesquisa do Soja, são exatamente dez os principais, quais sejam: desenvolver uma tecnologia de pesquisa que possa explicar os fenômenos científicos que afetem os resultados experimentais obtidos; desenvolver uma linha de pesquisa de futura aplicação para um alto nível tecnológico de agricultura; desenvolver uma linha de pesquisa que produza efeitos imediatos de aumento de produtividade da lavoura brasileira do soja; desenvolver uma linha de pesquisa que venha criar conhecimentos que possam substituir paulatinamente, as atuais práticas empíricas ainda atualizadas na agricultura; desenvolver, coordenar, promover a linha de pesquisa em soja no âmbito nacional; promover o treinamento de pessoal de assistência técnica através de cursos rápidos; promover, simpósios, reuniões científicas, seminários e congressos sobre soja âmbito nacional e internacional; e criar e manter um centro de informação e divulgação científica de trabalhos desenvolvidos tanto no CNPS como por instituições nacionais ou estrangeiras, com a finalidade de tornar-se um polo de irradiação do melhor meio de obtenção de recursos bibliográficos sobre assuntos técnicos referentes ao produto.

Finalizando, nobres Deputados, saliento de viva voz que o nosso Estado pode se considerar felicíssimo, e nós todos nos rejubilar por mais esta inofismável vitória conseguida através de incessantes demarches em prol de maiores safras agrícolas de soja e, com isto, a icerçar e tornar a produção deste alimento mais uma fonte de divisas para o País".

Tenho dito. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, décimo orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço à Presidência por ter-me concedido esta oportunidade, uma vez que o tempo já está esgotado no Pequeno Expediente.

Sr. Presidente Srs. Deputados.

Eu não poderia deixar de, rapidamente hoje, e oportunamente e oportunamente, com mais detalhes, responder a um documento entregue hoje, neste plenário, sobre o Estatuto do Magistério. Onde, depois de várias argumentações, não emitiremos nosso parecer a respeito, são válidas, respeitamos a opinião, alheia, mas não podemos concordar com esses dados. E é essa a

razão de nossa presença aqui, quebrando inclusive, o horário do Pequeno Expediente.

Quando uma Associação de Professores vem querendo nos ameaçar, quando dizem que o autor do ante-Projeto de lei não insiste no debate porque o assunto é muito sério, eu peço e solicito ao Sr. Governador do Estado, o envio de uma mensagem... letra sei lá qual.

(Lendo): "E ainda considerando a hipótese de haver insistência por parte do autor, a Associação dos Professores do Paraná e Associação dos Professores Licenciados do Paraná, levarão aos quatro cantos do Estado, para todos os professores, uma tomada de posição, lembrando que, o retardamento do envio do anteprojeto do Estatuto do Magistério, teria como impecilho o autor do atual anteprojeto e de tantas tentativas".

Aceito o desafio desta associação e absolutamente, pelo amor de Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo amor de Deus, já chega o cerceamento de liberdade que nós temos em outros campos. E não vai agora querer uma associação, ameaçar um Deputado desta Casa de Leis, cumprimos com o nosso dever e nossa obrigação, e levaremos isto adiante.

Portanto, a ameaça pode ser cumprida pelos professores. Eles que comuniquem o Paraná inteiro, que nós entramos com o anteprojeto e declaremos avante as discussões porque elas são para o bem do Magistério do Paraná. Não tememos este tipo de insinuação e de ameaças.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, primeiro orador inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na quinta-feira passada ocupávamos esta tribuna falando em nome da Associação dos Serventuários da Justiça do Vale do Ivaí. Como falamos no Pequeno Expediente não houve tempo suficiente para apresentarmos à esta Casa as reivindicações dos Serventuários da Justiça do Paraná.

(Lendo): "Encontram-se os integrantes da classe, hoje em dia, tolhidos no exercício de um dos mais nobres direitos, o de crescer profissionalmente, o de garantir um final de vida condizente com seu "status", razão pela qual, através da Associação dos Serventuários da Justiça "Vale do Ivaí", vêm apresentar as seguintes reivindicações:

- Que seja levada em conta a folha de serviço do serventuário, não importando a natureza do ofício ou comarca, para a promoção ou remoção de titulares.

- Que seja criada a Carreira do Serventuário.

- Que seus auxiliares sejam nomeados pelo Tribunal de Justiça, por ser o Estado o único proprietário do Cartório.

- Que seja estudada uma aposentadoria mais digna à classe.

Estas reivindicações são constantes dos ofícios dirigidos ao Secretário da Justiça, Deputado Túlio Vargas; ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Henrique Nogueira Dorf-mund e ao Desembargador Corregedor Athos Moraes de Castro Veloso e subscritos pelos serventuários Joaquim Viana Pereira Filho e Wilson de Oliveira, respectivamente Presidente e Secretário desta Associação

No que tange à aposentadoria, os notários Renato Volpi e José Bento Marques, representantes do Colégio Notarial do Paraná, dirigiram-se em notável exposição de motivos ao ilustre Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando um reexame da legislação que trata da matéria, expondo a gravidade da situação em números; que os titulares de maior nível, nível 25, recebem quando aposentados, Cr\$ 1.587,00 e os de entrância inicial, Cr\$ 551,00 e mais, as viúvas dos primeiros receberiam Cr\$... 793,50 e as dos segundos Cr\$ 275,00. O que por si só mostra a impraticabilidade dessa legislação.

Como ápice desse passo inicial, estiveram em audiência no dia 27 do mês transato, com o Secretário da Justiça, que demonstrando-se solidário ao movimento, acompanhou os integrantes da

Comissão, que fazem parte da Associação dos Serventuários da Justiça "Vale do Ivaí", comparecendo também o Dr. Renato Volpi, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor Geral da Justiça, os quais, simpatizantes da classe, penhoraram seu apoio a estas justas reivindicações.

Quero hipotecar minha solidariedade a este movimento e já prevemos a participação de vários outros colegas nossos que conhecem a situação por que passa o serventuário aposentado, que clama por um melhor atendimento e melhores condições de aposentadoria.

Sr. Presidente, o assunto tem sido abordado nesta Casa com insistência por vários Srs. Deputados, com referência a estradas.

Agora há pouco, no Pequeno Expediente, ocupou a tribuna o eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, fazendo referência à nossa Estrada do Café, aos acidentes que vemos constantemente.

É preciso, como bem frisou S. Exa., o movimento não só em termos de partido, mas em termos de Casa de Leis, fazendo um apelo ao Ministro dos Transportes, para que dê mais recursos para que possa o DER conseguir, quando se fala em estrada Curitiba Ponta Grossa, pelo menos o acostamento.

Podemos notar os trabalhos iniciados neste acostamento que foi feito até a Serra de São Luiz do Purunã. É uma fiscalização mais rigorosa já diminuiu um pouco o número de acidentes em nosso Estado, principalmente nesta estrada.

Trago nesta tarde, uma reivindicação de nossa Região, a região do Vale do Ivaí e da região de Campo Mourão: "Em março deste ano, por ocasião da visita de S. Exa. o Sr. Ministro dos Transportes a Campo Mourão, a Cooperativa Agropecuária Mouraense Ltda — Coamo de Campo Mourão, reivindicou daquele Ministério a ligação ferroviária a Campo Mourão, reivindicação essa com estudo pormenorizado da área geográfica e população da região, ocupação das terras, volume da produção agrícola, consumo de insumos etc., apresentando três opções para construção da referida ligação ferroviária, sendo a primeira opção a ligação Campo Mourão-Mauá, passando por Barbosa Ferras, São João do Ivaí, Faxinal. Atingindo Mauá, numa distância de 178 quilômetros; enquanto as demais opções para ligar Campo Mourão-Maua, atinge 220 km, com uma diferença de 42 km. A topografia é plana e ligeiramente ondulada, dividida por tributários dos rios Piquiri e Ivaí.

A ligação ferroviária em questão trará como consequência para a região, novos investimentos, tais como indústrias para a transformação de nossa matéria prima que é abundante, cujo único inconveniente é o altíssimo preço do frete em virtude das grandes dificuldades que encontramos pela deficiência dos meios de transporte.

A rede ferroviária norte do Paraná ainda está limitada a linha Cianorte-Maringá-Ourinhos, construída em grande parte durante os anos de 30 a 40 pela Cia. de Terras Norte do Paraná.

A construção de linha Ponta Grossa-Apucarana (Estrada de Ferro Central do Paraná) deverá reduzir consideravelmente as despesas de frete entre Curitiba e o Norte do Paraná, e também reforçará os laços econômicos entre duas áreas, pois a atual, através de Ourinhos, é demorada e anti-econômica.

É imprescindível que esta região seja prioritária para implantação da ligação ferroviária, porque desde já se encontra produção e ocorre desenvolvimento.

A produção agrícola é praticamente toda escoada para fora da região.

No mercado interno, é comercializado principalmente em São Paulo e Guanabara: milho, arroz, feijão e algodão, que poderá ser facilitado o escoamento com a conclusão da BR-369, trecho Jandaia do Sul — Campo Mourão. Com a construção do terminal marítimo de Paranaguá, tem possibilidade de levar o milho até o Porto e daí ao Norte do Brasil.

A soja é escoada em direção a Paranaguá para exportação, grande parte em Ponta Grossa para o mercado interno.

O café é exportado através de Paranaguá ou absorvido pelo mercado brasileiro fora da região.

Sem dúvida, verificamos que a maior vantagem da ligação ferroviária seria o escoamento total da produção de soja, trigo, milho, algodão, e café que representam maior volume de produção.

A recente visita do Ministro dos Transportes ao Paraná, motivou oportunidade para que o Governador Jayme Canet Junior reivindicasse junto de S. Exa. o aceleramento das obras das estradas federais do Paraná.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná com o aumento gradativo de safras agrícolas, com o desenvolvimento da indústria, com o comércio acelerado e a indústria do turismo, tomando cada vez mais vulto, não pode prescindir de estrada e mais estradas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a promessa do Sr. Ministro dos Transportes tem alta importância para o Paraná. Formamos um Estado em crescimento permanente e mais do que nunca que necessita de estradas.

Veja-se o que ocorreu num escoamento da safra de soja ou de trigo, ou de café, quase sempre, as grandes rodovias ficam congestionadas, porque a realidade é de que através das estradas de rodagem sua maioria transita com destino aos centros consumidores.

Bem verdade é que quando entrar em funcionamento a Central do Paraná, o afluxo que hoje se verifica diminuirá, mas não menos verdade é de que o Paraná não para de crescer e consequentemente sempre precisando de melhores meios de comunicação.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná com o desenvolvimento agrícola que vem tendo, mais do que nunca precisa estar aparelhado para uma previsão a curto prazo, de vez que inegavelmente o seu desenvolvimento neste campo é notório e seuro, sendo pois necessário uma previsão rápida para não entrar o esforço coletivo.

Eis porque ao congratular-me com o Governador Jayme Canet Junior, estendo minhas congratulações também ao Sr. Ministro dos Transportes, que tão bem soube compreender as reivindicações do Paraná.

Ao finalizar este pronunciamento, requeiro o encaminhamento de cópia ao Sr. Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes".

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, estamos acompanhando seu pronunciamento e gostaríamos de fazer apenas um reparo. Realmente, o Paraná no segundo Plano de Desenvolvimento, segundo consta no documento por nós examinado, recebeu um quinhão muito importante, tanto em ferrovias como em rodovias, mas quero que isso crer acontece no papel. Já tivemos, inclusive no plano anterior, rodovias do Paraná que foram construídas nem dois por cento daquilo que foi prometido no papel. Portanto, faço, assim um apelo ao nobre Deputado, para que o Sr. Ministro transforme esse plano de papel em realidade. Já temos a experiência anterior, em que ficou somente no papel. Quero fazer votos de que, realmente, o Ministério dos Transportes, desta feita, consiga transformar em realidade aquilo que hoje está somente sobre as pranchetas. Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte que oferece V. Exa. e este foi justamente o motivo da minha presença. Não podemos ficar tranquilos dizendo que está tudo resolvido quando está no papel, pois já sofremos na própria carne nossa luta pela BR-369, Jandaia do Sul-Campo Mourão. As máquinas já lá estavam e foram retiradas e ficou paralisada. Hoje, sabemos que existem 10,1 milhões para este ano e 15 para o ano que vem mas estamos cobrando todo o dia para que seja iniciada o quanto antes esta obra porque o povo da nossa região somente acredita quando vê a máquina trabalhando.

É por isto que lutamos e queremos ver iniciado o trabalho, esta obra de vulto que trará grande progresso não somente a região do Vale do Ivaí, mas a todo o Paraná, possibilitando o escoamento da nossa produção, e aliviando também, o tráfego daquele trecho de Campo Mourão a Jandaia do Sul.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezli. (Pausa). Encontra-se ausente, assim como também os Srs. Deputados Antonio Facci, Mauricio Fruet e Luiz Carlos Zuk, todos ausentes.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, tendo em vista que na chamada nominal anterior não foi constatado número suficiente para deliberação deste plenário, apenas 20 Srs. Deputados presentes, número suficiente para o prosseguimento da sessão, solicito a chamada nominal para termos condições de deliberar matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o requerimento do Deputado Gabriel Sampaio e solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — 23 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para deliberação, consequentemente só será discutida a matéria constante da Ordem do Dia.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 196/74 que aprova o Termo do Acordo celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Interior, objetivando a criação de Mecanismo de controle da erosão na região Nordeste do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/75, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que declara de Utilidade Pública a Associação Hospitalar e Assistência Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro na cidade de Guaraqueçaba. Parecer favorável da C.C.J. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 45/75, de autoria do Deputado Mauricio Fruet, que declara de Utilidade Pública a União Beneficente e Recreativa de Santa Quitéria, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 19/75 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 227/74 que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 8 de abril de 1974, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a Vacina Era.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, em 3 de abril de 1975.

aa) ACCIOLY NETTO — Presidente

ENEAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A mensagem em tela, proposta consonante a norma legal, objetiva a devida anuência que a Constituição do Estado requer para o Termo Aditivo do Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná.

Pretende o Poder Executivo, pelo aditivo a renovação do citado convênio que prevê o financiamento de 40.000 doses da Vacina Era à Secretaria dos Negócios da Agricultura, ao preço unitário de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) para revenda aos criadores.

A vigência prolongar-se-ia até 31 de dezembro do corrente ano.

A matéria está em condições de sofrer normal tramitação. É o parecer.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DA AGRICULTURA

Parecer ao Projeto de Resolução nº 19/75

É submetido à aprovação desta Casa o Termo Aditivo a Convênio, celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, em 8 de abril de 1974, pela sua Secretaria da Agricultura, pelo qual se pretende a continuidade da campanha de combate à raiva dos herbívoros, pela utilização da Vacina Era.

O Aditivo em referência revigora o Convênio original, até 31 de dezembro de 1975, prevendo o fornecimento complementar de quarenta mil (40.000) doses da citada vacina, cuja entrega se dará em quatro (4) parcelas de dez mil (10.000) doses cada uma, ao preço de três cruzeiros (Cr\$ 3,00) por unidade, preço este a ser mantido na revenda para os criadores.

A providência adotada se nos afigura salutar, de interesse e conveniência de nossos criadores, protegendo seus rebanhos de males naturais à espécie. Tudo o que se puder fazer em proveito dessa laboriosa classe de criadores, deve merecer o apoio incondicional desta Casa, pois, assim, estaremos contribuindo para o Progresso sempre crescente de nosso Estado.

Assim, somos pela aprovação da matéria ora submetida à consideração desta Comissão, por ser de interesse público.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Presidente

a) ALFREDO GULIN — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 124/74, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de dois (2) salários-mínimos, a Isaura Ribas, filha de ex-Prefeito da cidade de Ponta Grossa e ex-Deputado Estadual, Brasília Ribas. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 124/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de dois (2) salários-mínimos, a favor de ISAURA RIBAS, filha do ex-Prefeito de Ponta Grossa e ex-deputado estadual, Brasília Ribas.

Art. 2.º — A despesa decorrente desta Lei correrá por conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1974.

a) ANTONIO BELINATI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 124/74

Pretende o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão de dois salários-mínimos a Isaura Ribas.

O próprio texto da lei traz justificativa à iniciativa, afirmando ser a favorecida filha de ex-Prefeito do município de Ponta Grossa e ex-Deputado Estadual.

A par do mérito que possa abarcar o projeto, há, entretanto, que se considerar o aspecto constitucional da questão. E a norma, constitucional veda ao Legislativo iniciativas que autoriza, criar ou aumentar despesas, o que estabelece insanável conflito.

Sendo assim, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei face a sua manifesta inconstitucionalidade.

Outrossim, considerando que se trata de projeto de um ex-Deputado Estadual, o eminente hoje Deputado Federal Antonio Belinati, opinaria no sentido de que, por decisão própria, esta comissão encaminhasse expediente ao Poder Executivo, em termos de sugestão, contendo a intensão manifestada no projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) ENÉAS FARIA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 124/74 PARECER

Baseia-se o presente projeto em amparar uma filha do ex-prefeito de Ponta Grossa e ex-Deputado Estadual, Brasília Ribas.

Verificando certidão nº 50-A/N.N., constatamos não posuir imóvel algum em nome de Isaura Ribas e, analisando o conteúdo que é meramente autorizatório, ao Poder Público, opinamos pela APROVAÇÃO do presente projeto, pois, irá, se assim for entendido pelo Chefe do Executivo, dotar uma necessitada, membro de uma família que muito contribuiu para a cidade e o Estado.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) LUIZ CARLOS ZUK — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 164/74, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga São José dos Pinhais e Curitiba. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.O.P.T.C. com SUBSTITUTIVO. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 164/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga os municípios de Curitiba à São José dos Pinhais, via Umbará e Cachoeira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A ponte ora existente é de madeira, está em precárias condições e limita o peso de carga dos caminhões que por ela trafegam. Sendo uma região produtora de alguns materiais de construção, como areia, tijolos e telhas, faz com que o tráfego por esta estrada seja intenso e a única ponte a ser utilizada num menor percurso seja a objeto de nosso Plano de Lei.

A medida proposta vai beneficiar um número elevado de moradores da região, os quais, na maioria, participam das atividades industriais acima enumeradas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/74

AUTOR: Deputado MAURÍCIO FRUET
PARECER

O plano de lei em exame, de autoria do nobre deputado Maurício Fruet, visa autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Iguaçu, na estrada que liga São José dos Pinhais a Curitiba.

Julgamos a medida justa e necessária, mas forçados que somos por dispositivos constitucionais, muito contra gosto nos vemos impelidos a oferecer nosso parecer pela sua rejeição.

Parecer CONTRÁRIO, portanto.

Sala das Comissões, em 9 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETTO — Presidente

a) IVAN RÜPPEL

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 184/74

Autor: Deputado MAURÍCIO FRUET
PARECER

O Projeto em exame, visa autorizar o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Iguaçu, na estrada que liga os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, via Umbará e Cachoeira.

A pretensão do ilustre Deputado e conforme ressalta na justificativa do Projeto, é altamente importante para a região que terá nessa obra meio indispensável ao escoamento da sua produção.

Tratando-se, entretanto, de projeto, ainda que puramente autorizatório, implicando na aplicação de recursos, entendemos que para adaptá-lo às exigências legais, deve ser aprovado com a seguinte redação que se propõe:

REDAÇÃO:

Art. 1º — Fica incluído no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção, em concreto armado, de uma ponte sobre o rio Iguaçu, na estrada que liga os municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, via Umbará e Cachoeira.

Com a redação proposta, somos pela aprovação do projeto, dada a sua importância.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) ALFREDO GULIN — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente,

solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador João Walter Girardi. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hermindo Bazzo, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Os demais requerimentos terão apenas a sua fase de discussão, tendo em vista que não há quorum para deliberação.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Ministério dos Transportes, encarecendo o envio, ao requerente, de cópia da legislação que regulamenta o processo de concessão de direitos às empresas particulares, para exploração dos serviços de transportes coletivos intermunicipais. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à direção do Banco do Estado do Paraná S/A., e à direção da Telepar, encarecendo urgência na extensão de seus benefícios à cidade de Porto Rico. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que seja antecipado para 1º de julho/75, a vigência do preço mínimo de garantia fixado em Cr\$ 500,00 a saca de café, estabelecido para vigorar a partir de 1º de outubro do corrente ano, a fim de que possa, realmente beneficiar os cafeicultores brasileiros. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, objetivando o enquadramento ao pessoal fixo do Estado, os Servidores de Categorias PS 1-3 e PS 2-3 contratados como pesador e que prestam serviços ao Estado por mais de 5 anos. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Indago, com permissão da Presidência, e do Sr. Deputado Werner Wanderer, se não fere interesse dele de que os dois requerimentos sejam votados conjuntamente, para que seja mandado num único expediente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo em vista que a matéria se refere ao mesmo assunto correlato, será discutida e votada conjuntamente.

O SR. WERNER WANDERER — Há três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE — Há três requerimentos.

Requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Ivo Thomazoni e Fidelcino Tolentino, constantes do expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "Gazeta do Povo" pela brilhante iniciativa e decisão em circular ininterruptamente, a exemplo dos grandes jornais nacionais e internacionais, todos os requerimentos versando sobre o mesmo assunto. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, por inteiro teor deste requerimento, com cópia ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor da Divisão do Interior da citada Secretaria, recomendando, diante das informações sobre a região que o dever do cargo lhes impõe conhecer, seja designado para dirigir a Delegacia Regional de Polícia, em Jaguariaíva, um Delegado de Carreira. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão marcando o tra para amanhã, dia 11, quarta-feira, à Hora Regimental, com a mesma Ordem do Dia, só que em fase de votação.

Levanta-se a sessão.